A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas.

Carlos Alves do Nascimento•

RESUMO

O artigo procura mostrar, através de evidências na literatura especializada e por informações estatísticas, que na Comunidade Econômica Européia as famílias rurais que conciliam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, denominadas famílias pluriativas, apresentam tendência a crescer de forma sustentada, em grande medida, em virtude da sua Política Agrícola Comum, que ao longo de toda a sua história logrou preservar, a despeito do estímulo ao crescimento da produtividade do setor agrícola, a sua estrutura agrária pré-existente marcada pela larga presença da agricultura familiar, independente da distinção entre "eficientes" e "ineficientes". Objetiva-se com essa pesquisa fornecer subsídios para que se evite tentativas de transpor para o Brasil experiências de realidades alhures sem fazer as devidas ponderações. Ou seja, no caso da presente questão, o crescimento das famílias pluriativas, deve-se considerar como ponto fundamental a diferença do papel do Estado, no Brasil e na CEE, no tocante, entre outras coisas, à organização da atividade agropecuária.

Palavras-chave: Política Agrícola Comum; Famílias Rurais; Ocupações Rurais Agrícolas e Não-Agrícolas; Pluriatividade.

ABSTRACT

Based on evidences in specialized literature and by statistical information, this paper seeks to show that in the European Economic Community (ECC) rural families who conciliate agricultural activities and non agricultural activities, the so-called pluriactive families, tend to grow in a sustainable way due to its Common Agricultural Politics. Throughout its history, the Common Agricultural Politics aimed to preserve the preexisting agrarian structure marked by the wide presence of farm family, in spite of the encouragement to the productivity growth of the agricultural sector and of the distinction between "efficient" and "inefficient". The aim of this research is to supply elements and informations in order to avoid attempts to apply foreign experiences to Brazilian case without consider its specifics differences. In Brazilian case, it must be considered as basic point the differences between State role in Brazil related to the farming activity organization.

Key words: Common Agricultural Politics; rural families; agricultural and non agricultural rural activities; pluriactivity.

• Doutorando do curso de Economia Aplicada do IE/Unicamp e Professor do Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas.

A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas.

Introdução

As famílias rurais que conciliam, entre seus membros, atividades agrícolas e atividades não-agrícolas (no interior ou fora do estabelecimento), denominadas famílias pluriativas, encontram-se no palco das discussões contemporâneas sobre o futuro do mundo rural. A importância da pluriatividade como um instrumento alternativo para o êxodo rural gerado pelas transformações capitalistas no campo, especialmente a partir dos anos 70, tem sido reconhecida, de forma crescente e diferenciada, pelas autoridades políticas e econômicas da Comunidade Econômica Européia (CEE), em virtude da sua histórica preocupação em preservar a sua estrutura agrária baseada na agricultura familiar (Tolosana & Persiva, 1992; Fuller, 1990)

No Brasil, tanto a política agrícola levada a cabo através do SNCR quanto a política do PRONAF resultam em modelos agrícolas que não têm como objetivo atender todo o universo de produtores familiares (Nascimento, 2005). Tal conclusão distancia-se por completo da experiência da CEE, na qual a preservação da estrutura produtiva familiar foi eleita como o alicerce para o modelo de desenvolvimento rural da Comunidade, o qual resultou, por conseguinte, em casos crescentes e *sustentáveis* de pluriatividade (Arkleton Trust, 1992).

Diferentemente do Brasil, na CEE, a despeito de também a sua Política Agrícola Comum (PAC) favorecer as grandes propriedades, houve desde a sua constituição, em fins dos anos 50, a preocupação explícita e *efetiva* de apoiar a preservação também das estruturas agrárias consideradas ineficientes, as não competitivas à luz dos critérios de mercado. Lá como cá os grandes proprietários foram (e continuam a ser) os mais beneficiados. Porém, no velho continente existe um mínimo de preocupação com a questão *social* envolvida na preservação dos pequenos produtores familiares. Por esta razão, entende-se que a pluriatividade na CEE é passível de crescimento. No Brasil, como não existe esse tipo de preocupação por parte das velhas e novas políticas voltadas para o setor agrícola, a pluriatividade é uma realidade social a ser constantemente esvaída pelo progresso econômico, conduzido nos moldes da *modernização*

conservadora, em simultâneo às crises pelas quais passam constantemente os pequenos produtores desprovidos dos aportes públicos para os enfrentamentos das mesmas[1].

O objetivo desse texto é, portanto, procurar mostrar – através de evidências presentes na literatura e em informações estatísticas – que o crescimento continuado de casos de famílias rurais que conciliam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas[2] na CEE[3] deve-se ao aspecto central da sua Política Agrícola Comum (PAC)[4], que ao longo de toda a sua história logrou preservar numerosas explorações agrícolas, as quais sem a PAC – ou seja, em um ambiente de mercado concorrencial – teriam sido aniquiladas há tempos pela penetração do capitalismo nas áreas rurais da Comunidade.

Objetiva-se com esse trabalho fornecer subsídios para que se evite tentativas de transpor para o Brasil experiências de realidades alhures sem fazer as devidas ponderações. Ou seja, no caso da presente questão (pluriatividade), deve-se considerar como ponto fundamental a diferença do papel do Estado, no Brasil e na CEE, no tocante, entre outras coisas, à organização da atividade agrícola.

Defende-se que, em virtude do êxito da PAC, foi possível preservar um elemento-chave para a configuração de casos crescentes de pluriatividade na Comunidade; vale dizer, logrou-se preservar numerosas explorações agrícolas e pessoas ocupadas nestas atividades, os quais sem a PAC não seriam tão numerosas assim e, possivelmente, não haveria uma estatística de crescimento de casos de famílias pluriativas. Ou seja, através da ação do Estado, consubstanciada na PAC, o avanço do capitalismo no campo foi amenizado, no que respeita à destruição de unidades produtivas e ocupações agrícolas – ingredientes imprescindíveis para a pluriatividade.

Nas diferentes fases da PAC – pré e pós-reforma – estiveram sempre presentes políticas públicas destinadas a preservar o ingrediente-chave para a constituição de casos crescentes de pluriatividade: o vínculo de numerosos agricultores a uma atividade agrícola.

Na primeira fase (pré-reforma) foram criadas todas as *pré-condições* para a proliferação da pluriatividade – embora tais condições não tenham sido criadas/construídas com este objetivo.

---

[1] Cf. Nascimento (2005).
[2] As denominadas famílias pluriativas, que doravante denominaremos por pluriatividade, conforme a literatura especializada também o faz.
[3] Atestado pelos relatórios das pesquisas do Arkleton Trust (1992) e da OECD (1998).
[4] Identificada na política de preços administrados, juntamente com o princípio da Preferência Comunitária.

Na segunda fase esse objetivo tornou-se explícito. Então, restava consolidar e expandir as pré-condições através de novos instrumentos.

A Política Agrícola Comum (PAC) da Comunidade Econômica Européia (CEE), gestada no Tratado de Roma, em 1957, foi arquitetada sobre dois pilares – segurança alimentar e exploração familiar – que garantiram sua legitimidade não somente perante os grupos de interesses mais beneficiados – setores industriais, agroindústrias processadoras, grandes empresas varejistas, segmentos de agricultores mais competitivos –, mas, sobretudo, diante de toda a sociedade.

É sob o marco desta arquitetura baseada no consenso e na legitimidade da sociedade que deve ser entendida a idéia que aqui estaremos defendendo: a de que a pluriatividade na CEE é uma **"construção política"** que na primeira fase da evolução da PAC gestou-se de forma não-planejada ("inconsciente"), mas que, a despeito disso, foram criadas todas as pré-condições para sua proliferação e *sustentabilidade*[5], tais como: política de preservação da estrutura agrária pré-existente (mantendo numerosos pequenos produtores familiares "ineficientes"); política de modernização das unidades produtivas (objetivo claro de elevar o nível de produtividade agrícola, redundando em liberação de parte da força de trabalho familiar para se ocupar em outros setores da economia); política de geração de ocupação e emprego não-agrícolas (*off-farm*); políticas especiais para as áreas desfavorecidas (explicitamente favoráveis à pluriatividade).

A pluriatividade é, em primeiro lugar, uma cultura que para crescer e ter futuro precisa ser, antes de tudo, reconhecida como importante pela sociedade, e, em seguida, pensada, planejada e finalmente construída. Em segundo lugar, a sustentabilidade da pluriatividade depende da sustentabilidade da atividade agrícola (seja de que tipo for, seja para qual finalidade for[6]). Complementarmente, em terceiro lugar, sem a sustentabilidade das ocupações rurais agrícolas (ORA), não se pode esperar que uma maior dinamização, do ponto de vista não-agrícola, nos entornos rurais (economias locais) juntamente com estratégias familiares pró-atividade não-agrícola redundará em mais pluriatividade.

[5] Termo empregado pelo Arkleton Trust (1992).
[6] Se para o mercado ou para o autoconsumo da unidade familiar ou para preservar a natureza.

O texto está dividido em três partes, além dessa introdução. As duas primeiras abordam as fases pré e pós reforma da PAC e sua factível relação com o crescimento de casos de famílias pluriativas. A última parte apresenta os comentários finais.

PAC – 1ª fase (pré-reforma)

Na opinião de Marques (1988), o que possibilitou a unificação das políticas agrícolas dos diferentes países originários da PAC[7], foi a construção de uma política de preços comuns elevados e estáveis que assegurava que *todos* os produtores da Comunidade fossem beneficiados, através da garantia da realização da sua produção a preços remuneradores.

Não obstante os resultados práticos da PAC – intensificação da produção e da produtividade e profissionalização –, a sua estratégia de uma política de preços comuns altos foi capaz de atender a amplos interesses. Do ponto de vista dos produtores rurais, a política de preços comuns altos beneficiou sobremaneira os produtores mais capitalizados e eficientes. Mas, por outro lado, evitou penalizar os produtores menos eficientes pela exposição às forças do mercado, garantindo a esses últimos, de acordo com o princípio da "Preferência Comunitária"[8], a realização da sua produção com preços elevados.

Comparando as tabelas 1 e 2, pode-se verificar também que, a despeito da acentuada retração da população agrícola nos países da CEE, a redução do número de estabelecimentos agrícolas, no conjunto, foi bem menos pronunciada. Enquanto na maioria dos países apresentados a população agrícola diminuiu, em menos de dez anos, a taxas superiores a 20%, a queda do número de estabelecimentos na CEE-10 ficou abaixo dos 10%. Estas evidências são importantes para se perceber que a PAC cumpriu seu objetivo de preservar em grande número a *peça-chave* para a configuração de casos crescentes de pluriatividade na Comunidade: o vínculo da família a uma atividade agrícola – mesmo que esta "família" cada vez mais se reduza a uma instituição envelhecida e masculinizada (OECD, 1998; Arkleton Trust, 1992).

---

[7] Os primeiros seis países que formaram a CEE foram Bélgica, França, Itália, Holanda, Luxemburgo e Alemanha. Em 1973, aderiram também: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Em 1981 foi a vez da Grécia e, em 1986, da Espanha e Portugal. Somente em 1992 passaram a fazer parte da Comunidade Áustria, Suécia e Finlândia.

[8] A garantia da preferência Comunitária implicava tanto a realização de toda a produção de todos os produtores como também assegurava a todos os produtores a proteção da competição dos produtos estrangeiros.

Tabela 1: Evolução (%) do emprego agrícola, por país da CEE.

PAÍSES (período)	Área Censitária	
	Predominantemente rural	Significantemente rural
Áustria (1986-1990)	-23,4	-22,1
Finlândia (1980-1990)	-30,0	-29,0
França (1985-1993)	-27,4	-30,0
Alemanha (1985-1993)	-	-23,4
Grécia (1985-1993)	-9,5	-35,6
Itália (1985-1993)	-5,2	-5,5
Portugal (1987-1993)	-24,0	-23,4
Espanha (1987-1993)	-23,2	-22,8
Reino Unido (1985-1993)	-	-10,6

Fonte: Adaptado de OECD (1998: 41).

Tabela 2: Evolução do número de explorações agrícolas por classes de tamanho, 1979/80 e 1987, CEE-10.

Classes de Tamanho	Nr de explorações (em 1000) 1979/80	Nr de explorações (em 1000) 1987	Evolução (%) 1979/80-1987
< 10 ha	4781,1	4336,1	-9%
10 - < 20 ha	847,7	719,4	-15%
20 - < 50 ha	852,9	788,6	-8%
50 - < 100 ha	241,2	266,6	+11%
100 ha ou mais	97,4	106,6	+9%
Total	6820,3	6217,3	-9%

Fonte: Eurostat: Annuaire statistique, Agriculture; Enquête sur lês structures agricoles, 1987, *in* Arkleton Trust, 1992, p. 91.

A política de garantia (para todos os produtores) de preços comuns elevados foi legitimada perante a sociedade em geral em virtude não somente do seu caráter econômico de modernização – com vistas ao objetivo de segurança alimentar e o fim da dependência externa – mas, sobretudo, por seu caráter social de preservação de um número enorme de explorações familiares "não-eficientes".

HILL (1984: 19; grifo meu) chama a atenção para o fato de que o segundo objetivo do Artigo 39[9] do Tratado de Roma (1957) estava *"...no coração de todas as políticas agrícolas [inerentes à PAC]..."*. O Artigo 43 da Conferência de Stresa (1958), o qual propôs a PAC, realizaria os objetivos do Artigo 39. Os objetivos delineados no Artigo 43 tornava mais explícito os objetivos do Artigo 39 firmados no Tratado de Roma. Dois dos objetivos contidos no Artigo 43 que nos importa mais de perto são os seguintes: *"(...) f) preservar a estrutura familiar da*

[9] O Artigo 39 do tratado de Roma especificava que a PAC deveria ter os seguintes objetivos: i) aumentar a produtividade agrícola promovendo o progresso técnico e assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola; ii) assegurar um padrão justo de vida para a comunidade agrícola, em particular pelo crescimento dos ganhos individuais das pessoas inseridas nas atividades agrícolas; iii) estabilizar os mercados; iv) assegurar a disponibilidade da oferta; v) assegurar que a oferta alcance os consumidores a um preço razoável (HILL, 1984)

unidade produtiva; g) fomentar indústrias rurais, as quais forneceriam novas oportunidades de emprego, dariam assistência ao excedente de trabalho agrícola e forneceriam especial ajuda às regiões em desvantagem" (HILL, op. cit: 21; grifos nossos). Perceba-se que para a proliferação e sustentação de casos de pluriatividade faz-se necessário a conjugação desses dois fatores: a preservação da atividade agrícola e a criação de ocupações não-agrícolas, para que as famílias possam conciliar ambas possibilidades. Sem uma delas não existe pluriatividade.

Aqui cabe qualificar melhor alguns dados referentes à evolução da população rural da CEE. Geralmente os autores associam a redução da população agrícola às políticas de modernização da agricultura. Abramovay (1992: 185), por exemplo, associa a queda da população ocupada na agricultura da RFA, França, Itália, Países Baixos e Bélgica – cujas taxas são, respectivamente, -51%, -40%, -53%, -35% e -51% – no período de 1958 a 1972, ao forte aumento da produtividade da terra e do trabalho em decorrência do emprego crescente de insumos químicos e mecanização. HILL (1984: 39), por seu lado, relata que entre 1958 e 1968 cinco milhões de pessoas haviam deixado a agricultura, associando este movimento aos efeitos da PAC. (perceba-se que ambos os períodos referenciados pelos autores, coincidem com a primeira década da PAC).

Não discordamos dos efeitos negativos da elevação das produtividades da terra e do trabalho promovidos pela PAC sobre a população agrícola na CEE. Contudo, comparando aquelas informações com os dados das tabelas 3, 4 e 5, e dos gráficos 1 a 5 (adiante) é possível levantar a suposição de que os dados de Abramovay e de Hill poderiam ser mais expressivos caso não houvesse sido adotada a política de garantia de preços comuns elevados e a Preferência Comunitária – políticas medulares da PAC. Essa plausível suposição decorre, por um lado, do fato de que o êxodo agrícola[10] já ocorria desde as décadas anteriores à aplicação efetiva das medidas da PAC (que passou a ser implementada em 1962); e, por outro lado, o crescimento do emprego não-agrícola servia como componente de atração da população rural-agrícola.

Pode-se ver na tabela 3 que a composição da distribuição setorial da força de trabalho altera-se, década a década, em favor do setor industrial e, especialmente, do setor de serviços. Importante perceber que na primeira década de efetivação das políticas modernizantes da PAC (1960-1970) a variação decrescente da participação do setor agrícola na distribuição setorial da

[10] "Êxôdo agrícola" no sentido da população rural substituir atividades agrícolas por atividades não-agrícolas.

força de trabalho não é tão mais intensa do que a variação da década anterior (1950-1960). Importa notar também que, a despeito de Portugal e Espanha só terem entrado na Comunidade em 1986, portanto não beneficiada pela PAC até então, a queda da participação do seu setor agrícola é tão expressivo quanto os demais países da Comunidade. Lembrando que entre 1958 e 1962 a PAC ainda não estava sendo aplicada.

A tabela 4 mostra que na primeira década de vigência da PAC a produtividade na agricultura (considerando o período 56/60 a 73/74) era bem mais elevada do que na década precedente. Entretanto, as tabelas 3 e 5 e os gráficos (1 a 5) mostram que a redução da força de trabalho agrícola não teve muita diferença entre os dois períodos comparados (pré-PAC e pós-PAC. Isto sugere que o efeito negativo do aumento da produtividade do trabalho sobre a população agrícola foi contido pela própria política que impulsionou a produtividade – a PAC. A comparação entre as tabelas 4 e 5 é bem clara a esse respeito.

Os gráficos (1 a 5), por seu lado, ilustram o que os dados das tabelas estão sugerindo: que sem a política de preços administrados da PAC a queda do emprego agrícola poderia ter sido mais intensa. Perceba-se que o declive da curva acentua-se desde antes da adoção da PAC e não a partir desta.

Esta leitura dos dados sugere a importância da PAC da CEE atenuando a queda do contingente da força de trabalho e das explorações agrícolas, decorrentes do aprofundamento das práticas capitalistas na sua agricultura. Nada mais imprescindível, juntamente com o crescimento das ofertas de ocupação não-agrícolas (decorrentes da reconstrução européia, pós-Segunda Guerra), para o crescimento e a sustentabilidade da pluriatividade que se configurou naquele continente, atestado por importantes relatórios de pesquisa (OECD, 1998; Arkleton Trust, 1992).

Tabela 3: Distribuição (%) da força de trabalho por setores da economia.

País	Setor primário				Setor secundário				Setor terciário			
	1950	1960	1970	1974	1950	1960	1970	1974	1950	1960	1970	1974
Bélgica	11,1	8,7	4,7	3,7	46,9	46,8	43,2	41,2	42,0	44,6	52,0	55,1
França	31,7	22,4	14,0	11,6	35,4	37,8	38,5	39,2	32,8	39,8	46,2	49,2
Alemanha	24,7	14,0	8,6	7,3	42,9	48,8	49,3	47,6	32,4	37,3	42,1	45,1
Itália	41,7	32,8	19,5	16,6	31,7	36,9	43,8	44,1	26,5	30,2	36,6	39,3
Luxemburgo	-	16,4	8,8	6,6	-	44,0	46,7	49,0	-	39,8	44,5	44,4
Holanda	14,3	11,5	7,2	6,6	41,4	40,4	38,6	35,5	44,3	48,2	54,2	57,9
Portugal	49,7	43,6	31,7	28,2	24,8	28,9	32,3	33,7	25,5	27,5	36,0	38,2
Espanha	49,8	42,3	29,5	23,1	25,0	32,0	37,3	37,2	37,2	25,7	33,2	39,7

Fonte: Adaptado de Teixeira (1983: 214).

Tabela 4: Taxas de crescimento dos rendimentos de leite e cereais em alguns países, 1958-1972.

Produtividade Técnica	Alemanha	França	Itália	Holanda	Bélgica
Rendimento Leite (KG/vaca) – variação 1957/1952	+34%	+42%	+64%	+16%	+9%
Rendimento cereais (Kg/ha) – variação 1956/60 a 1973/74	+48%	+87%	+52%	+45%	+42%

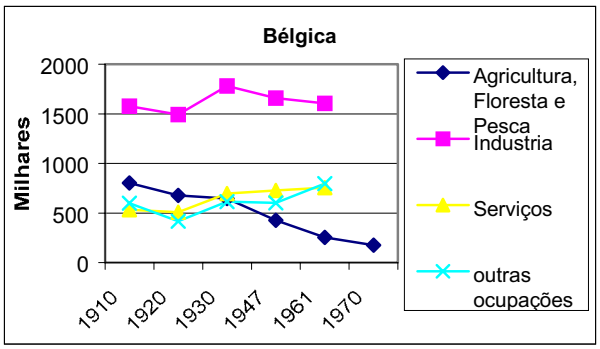
Fonte: Kroll *in* Abramovay (1992: 183)

Tabela 5: Taxas de crescimento da população agrícola por países da CEE.

PAÍSES	1930-1947	1947-1961	1961-1970
Bélgica	-34,2	-40,2	-30,7
	1946-1954	**1954-1962**	**1962-1970**
França	-30,6	-24,8	-32,2
	1950-1961	**1961-1970**	
Alemanha	-30,2	-36,9	
	1951-1961	**1961-1970**	
Itália	-31,5	-31,4	
	1947-1960	**1960-1970**	
Holanda	-40,2	-35,3	

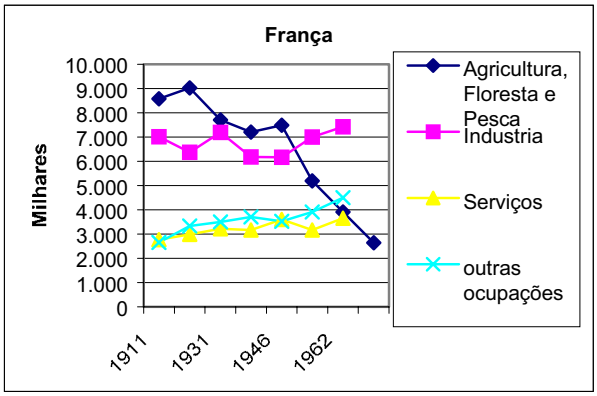
Fonte: Adaptado de Cipolla (1976: 657-665).

Gráfico 1: Evolução da força de trabalho por setor da atividade econômica, 1910-1970.



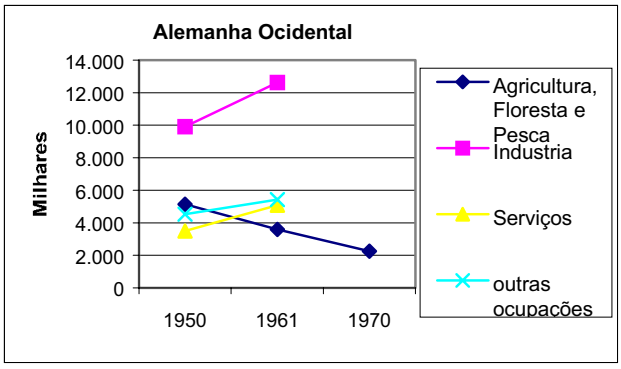
Fonte: Adaptado de Cipolla (1976).

Gráfico 2: Evolução da força de trabalho por setor da atividade econômica, 1911-1970.



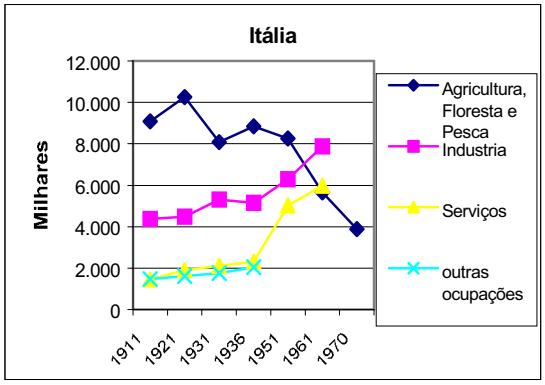
Fonte: Adaptado de Cipolla (1976).

Gráfico 3: Evolução da força de trabalho por setor da atividade econômica, 1950-1970.



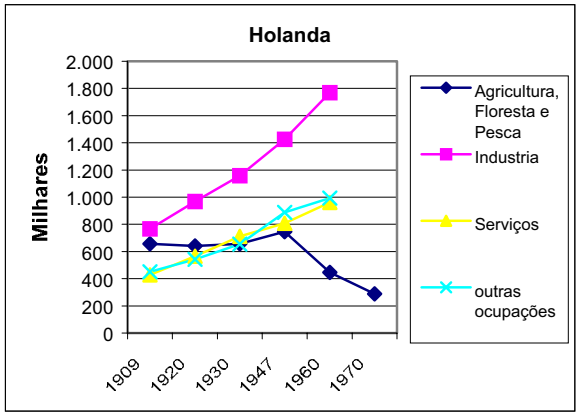
Fonte: Adaptado de Cipolla (1976).

Gráfico 4: Evolução da força de trabalho por setor da atividade econômica, 1911-1970.



Fonte: Adaptado de Cipolla (1976).

Gráfico 5: Evolução da força de trabalho por setor da atividade econômica, 1909-1970.



Fonte: Adaptado de Cipolla (1976).

Corroborando com as evidências extraídas dos dados acima expostos nas tabelas 3, 4 e 5 e gráficos 1 a 5, POST & TERLUIN (1997) destacam que após a Segunda Guerra Mundial países da CEE desenvolveram políticas com alto grau de proteção para a agricultura. Estas políticas impulsionaram a produção agrícola e evitaram (*prevented*) um êxodo de trabalhadores agrícolas maior do que o ocorrido. Argumentam esses autores que a política de preços altos "importou emprego" de países com baixa taxa de proteção agrícola. A política de preços administrados não apenas afeta a distribuição do emprego agrícola entre países, como pode também afetar a distribuição do emprego agrícola dentro de um país por causa das diferenças na política de preços entre produtos agrícolas.

Mantendo essa idéia de que a PAC atenuou o declínio do número de produtores familiares, um aspecto que sempre se acha presente em alguns autores ao fazerem a discussão das etapas da reforma da PAC concerne ao grande número de estabelecimentos marginais – do ponto de vista da produção para o mercado – associados à política de preços administrados. Esse aspecto – relevante para os propósitos desse texto – esteve presente desde as primeiras identificações do insucesso da PAC em relação ao seu objetivo de alçar a renda do setor agrícola (ainda confundida com a renda rural) para o mesmo patamar de renda dos setores urbanos. Importante perceber que as recomendações contidas no famoso Plano Mansholt (1967)[11] – primeira tentativa de reforma da PAC – partia da premissa de que a política de garantia de preços altos estava preservando numerosos estabelecimentos considerados "ineficientes" e que, por esta razão, não estava sendo bem sucedida em elevar a renda do setor agrícola (HILL, 1984).

O diagnóstico do referido Plano reconhecia que a modernização e a produtividade do setor estava aumentando, mas não estava sendo suficiente para por elas mesmas aumentar a renda dos produtores e atribuía isso ao fato de que a renda total do setor estava tendo que ser dividida entre muitos produtores. HILL relata que o Plano Mansholt expressava a percepção de que a ênfase dada pela PAC à

> *"policy of high prices designed to give farmers a 'fair' standard of living was treating the symptoms of the disease rather than attempting a cure, which would surely have paid more attention to the main cause of low incomes: too many farmers" (HILL, 1984: 31; grifos meus).*

[11] Refere-se a um relatório do Comissário da Agricultura, Dr. Sicco Mansholt, para o Conselho de Ministros da Agricultura da CEE, em 17 de outubro de 1967 – cinco anos após a efetiva aplicação da PAC.

Em virtude desse diagnóstico o Plano Mansholt prescrevia, como premissa central para se elevar a renda do setor, realizar um amplo ajuste estrutural para tornar os estabelecimentos maiores e mais modernos. O corolário era o de que deveria haver poucos estabelecimentos e poucos produtores (HILL, 1984).

No entanto, em virtude da preocupação com o problema do despovoamento do rural e o inchaço das cidades – entre 1958 e 1968 cinco milhões de pessoas já haviam deixado a agricultura (HILL, 1984) – o Plano Mansholt não foi posto em prática. Contudo, o mesmo ainda logrou influir na elaboração de três diretivas orientadas aos problemas estruturais: a primeira delas seria o aprofundamento da modernização dos estabelecimentos e a qualificação profissional dos produtores; a segunda refere-se ao apoio à cessação da atividade agrícola aos produtores mais velhos realocando-a para um melhoramento estrutural e estimulando aos mais jovens assumi-la; terceiro, expandir a oferta de ocupações/emprego não-agrícola.

Essas três medidas não puderam ser aplicadas em determinadas áreas (montanhas e áreas desfavorecidas) pois causariam problemas, o que resultou na formulação de novas diretrizes para as referidas áreas. Estas diretrizes relacionavam-se francamente a apoios diretos aos produtores. Segundo HILL (1984: 41; grifos meus) para os produtores destas regiões serem beneficiados teriam que

> *"...to promise to stay in farming for at least five years. They then receive annually a subsidy – a 'compensatory amount' (...) this was intended to compensate farmers for the permanent natural handicaps of these areas and so to encourage them to continue in farming..."*.

Esse relato de HILL fornece uma evidência da interferência da política agrícola na manutenção do vínculo da população rural a uma atividade agrícola. Com efeito, esta é uma forte pré-condição para a proliferação de casos de pluriatividade na CEE. Supomos poder imaginar que, por trás desse diagnóstico, é possível considerar a existência de um comportamento por parte de muitos agricultores que revela uma certa dose de *conveniência*, por parte dos mesmos, em se manter algum tipo de atividade agrícola, o qual lhes permitiria o acesso à política de subvenção ao setor.

Muito se escreve sobre as diversas alternativas de renda dos estabelecimentos rurais, cujas fontes têm servido para "viabilizar" o estabelecimento rural, melhor dizendo, para assegurar a reprodução familiar. Essas fontes podem ser identificadas por diversas situações. Uma delas diz

respeito a remessas feitas por familiares que migraram para áreas urbanas a fim de se ocupar em outros setores da atividade econômica. Uma outra diz respeito a transferências governamentais na forma de aposentadorias e pensões. Outra, concerne ao acesso dos membros da unidade familiar ao mercado de trabalho local, além do desenvolvimento de atividades "para-agrícolas" (artesanato produzido através dos produtos do estabelecimento) no interior do próprio estabelecimento. Outro tipo de fonte de ocupação e renda que também ajuda a manter a família no estabelecimento tem sido o empreendimento de atividades de turismo rural. (Fuller, 1990; Baptista, 2000; Valle, 2000; entre outros)

Importa, porém, indagar sobre o que efetivamente preservou o vínculo de inúmeros estabelecimentos rurais à atividade agrícola na CEE. Por trás desta indagação reside a compreensão de que se faz necessário diferenciar atividade agrícola de estabelecimento rural. Um não é necessariamente sinônimo do outro. Essa distinção é importante para a questão da pluriatividade na CEE, uma vez que a discussão que aqui levantamos, subjacente à pluriatividade, passa não somente pelas diversas fontes de renda que efetivamente "viabilizam" a reprodução familiar nos estabelecimentos rurais da CEE, mas também porque tenta identificar o que efetivamente compromete o vínculo do estabelecimento (do domicílio/família) com a atividade agrícola.

O que se quer destacar é que as diferentes fontes de renda, para muitos estabelecimentos rurais da CEE, contribuem para sua reprodução; porém, não necessariamente para a manutenção de uma atividade agrícola no mesmo. Para um número grande de estabelecimentos rurais considerados "ineficientes" o vínculo a uma atividade agrícola se fez possível por causa da universalidade da política de garantia de preços comuns elevados e estáveis para *todos*, além da Preferência Comunitária que assegurava a realização da produção de *todos* os produtores.

Sem o vínculo com a atividade agrícola (não importando a natureza desta) o estabelecimento deixaria de participar dos benefícios da política agrícola. Por outro lado, a ausência do referido vínculo não impede o acesso do domicílio (*household*) às demais fontes de rendas governamentais (aposentadorias, por exemplo) e não-governamentais (ORNAs, etc) e, por conseguinte, também não impede a reprodução familiar, a viabilidade do domicílio. Assim como também o inverso faz sentido, ou seja, o acesso exclusivo às rendas não-agrícolas (aposentadorias, remessas, ORNAs, etc) pode ser um fator de suporte à preservação de alguma

atividade agrícola do domicílio, mas não necessariamente por si só significará (nem muito menos *condicionará*) a manutenção de algum tipo de atividade agrícola do estabelecimento. Será um domicílio rural que se reproduz socialmente sem uma de suas fontes de renda, a agrícola.

Se as atividades não-agrícolas são mais importantes para a maior parte das pequenas explorações agrícolas a tempo parcial[12], por que estas mantêm o vínculo com a agricultura? Uma razão importante não seria a possibilidade de participar das subvenções da PAC? A redução das subvenções poderia afetar drasticamente esse contingente!! (Etxezarreta *et al*, 1989). Em outras palavras, seriam as "rendas exteriores" que explicariam o fato de numerosos estabelecimentos conservarem seu vínculo com a agricultura, ou boa parte da explicação residiria nas subvenções do Estado? Responder positivamente essa última interrogação certamente não possa ser generalizado a ponto de não deixar nenhum estabelecimento de fora dela, mas certamente explica grande parte. Porque de outra forma, o que justificaria a apreensão ao forte impacto negativo esperado da reforma da PAC sobre numerosos[13] pequenos agricultores?

PAC – 2ª Fase (pós-reforma)

A "crise do sucesso" (superprodução) levou, em meados dos anos 80, a um acirramento das discussões acerca da continuidade das práticas excedentárias. A reforma de 1988 já continha a tentativa de reduzir os excedentes produtivos. Juntamente com isso, colocava-se a necessidade de fazer um amplo ajuste estrutural com vias a redução da produção e dos excedentes. Inicialmente estava em questão a diminuição também do forte aparato de proteção social intrínseco à PAC.

O interesse pela pluriatividade cresceu nos fins da década de 80, em parte devido à crise (de sucesso) da PAC; e, em parte, pela conjugação de desemprego rural com saturação do emprego urbano. Fuller (1990) menciona que a partir de então os *policy-makers* se tornaram conscientes (*aware*) do potencial da pluriatividade como instrumento de ajustamento do problema do desemprego e da reestruturação agrícola.

TOLOSANA & PERSIVA fornecem uma idéia do crescimento da *conscientização* em torno da importância da pluriatividade como instrumento a ser usado no enfrentamento dos

[12] Cf. Arkleton Trust (1992), OECD (1998).
[13] Conforme será visto no próximo tópico em, por exemplo, Etxezarreta *et al* (1989).

problemas contemporâneos do desemprego. *"(...) políticos y instituciones de la Comunidad han manifestado una actitud positiva frente a la pluriactividad econónica de las explotaciones agrarias, considerándola un elemento importante de la reforma política y rural"* (Tolosana & Persiva, 1992: 107).

Neste ponto, o que importa reter é o alerta feito por outros analistas de que a redução do sistema de proteção social incutido nos objetivos de política da PAC, vigente até antes da reforma, pudesse ter

> *"...consecuencias muy negativas em la pequeña agricultura familiar que se encuentra desde hace tiempo com grandes dificultades para su reproducción. No obstante, por multiples razones – políticas, ambientales y regionales – se considera que es de interés social el mantener muchas de estas pequenãs explotaciones familiares." (Etxezarreta et al, 1989: 78).*

Em um outro momento de seu texto Etxezarreta *et* al (1989) apresentam a dimensão do problema (embutido na proposta de reforma da PAC) que reflete o quanto a PAC é importante para muitos agricultores e, por que não dizer, para a sustentação do crescimento da pluriatividade na CEE:

> *"Por su parte, la Comunidad, en el Libro Verde, parte de uma manifestación explícita de apoyo al mantenimiento de numerosas explotaciones agrarias y de rechazo al modelo agrario dos Estados Unidos" (p.77; grifo meu)*
>
> *"(...) Se sabe que uma parte de sus agricultores [da CEE] no pueden resistir uma desprotección considerable" (p.79).*

Esta colocação dos autores reforça duas suposições importantes para este texto: i) a importância da PAC para a preservação de muitos estabelecimentos/produtores pequenos e "ineficientes"; e ii) contraria a idéia de que "outras fontes de renda" (não-agrícolas: *off-farm job*, aposentadorias e pensões, remessas de parentes, etc) preservam o vínculo com a atividade agrícola – o que pode ser; porém, não necessariamente (o que não impede dizer que asseguram a reprodução familiar no estabelecimento, com ou sem um vínculo com a atividade agrícola), conforme reflexão feita anteriormente. A reforma da PAC teria importantes conseqüências no âmbito social – que é o que nos interessa.

A primeira fase da PAC viabilizou muitos estabelecimentos considerados "inviáveis" (mantendo seu vínculo à agricultura), porém, ainda não tinha sido suficiente para atender aos desafios da contemporaneidade (desemprego urbano e rural, etc). Isso implicou na necessidade de uma intervenção mais direta, pensada, planejada, para fomentar mais pluriatividade. Mas, é

importante atentar para a questão que se pretende manter em mente de que as medidas todas pensadas e efetivadas (política de estruturas voltadas para a questão do desenvolvimento rural) não seriam suficientes para garantir o crescimento da pluriatividade na CEE, na ausência dos gastos do FEOGA-garantia[14] e das ajudas diretas aos agricultores (*a p*riori, os que seriam mais atingidos pela redução dos preços administrados).

Dito de outra forma, o crescimento de casos de pluriatividade está muito mais na dependência do comportamento das ocupações agrícolas – se o domicílio rural mantém ou não algum vínculo com a atividade agrícola – do que da ampliação das oportunidades ocupacionais não-agrícolas nos entornos das áreas rurais. O que se pretende sustentar, na verdade, é que a reforma da PAC contém o potencial de estimular mais pluriatividade na CEE *não* porque a reforma possui um conteúdo mais voltado para a promoção de medidas destinadas ao desenvolvimento rural (políticas de investimentos em infra-estruturas, promoção de ORNAs, etc), embora sejam necessárias; mas, sobretudo, porque mantém o compromisso de continuar apoiando numerosos pequenos produtores, os quais, sem esse apoio (financeiro), veriam suas explorações comprometidas com o tempo e, com elas, a perspectiva de crescimento da pluriatividade.

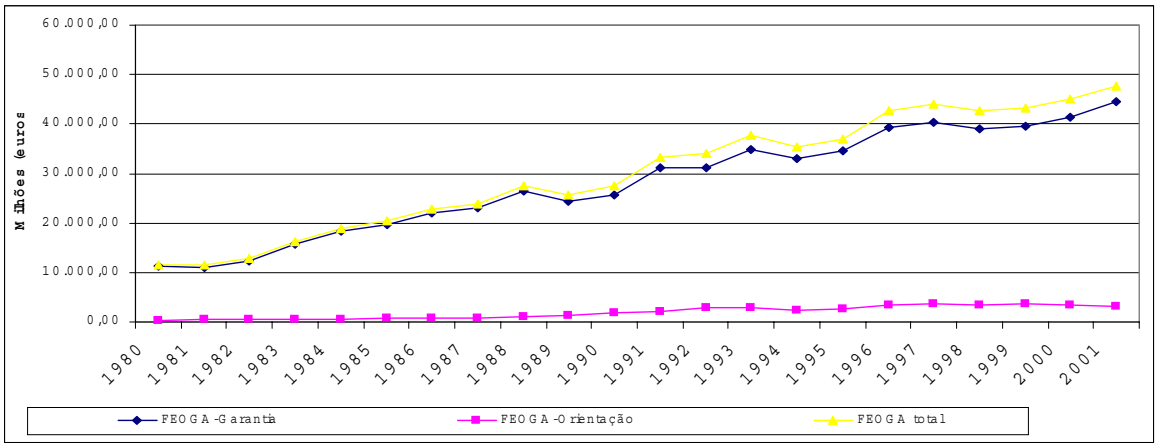
Estas considerações podem ser bem ilustradas através dos números apresentados a seguir, os quais fornecem a medida do apoio financeiro que os agricultores da Comunidade recebem da política agrícola. No gráfico 6 pode-se verificar o constante e sistemático aporte de recursos destinados ao suporte dos preços agrícolas de *todos* os produtores do setor. Pode-se perceber que mesmo sob o crescente peso do discurso do desenvolvimento rural os recursos orçamentários do FEOGA continuam concentrados na garantia da política de preços (vide a trajetória do FEOGA-garantia em relação ao FEOGA-orientação[15]).

Além do apoio da política de sustentação de preços, os agricultores da Comunidade podem contar com outras formas de apoio financeiro. O gráfico 7 ilustra muito bem o salto que houve nas *ajudas diretas* sobre a renda agrícola na CEE. Pode-se ver que a partir da data da reforma de 1992, a participação percentual das ajudas financeiras da política agrícola sobre a

[14] O FEOGA-garantia é o maior fundo responsável por mais de 90% do Orçamento da Comunidade voltado para suportar a política de preços administrados.
[15] Esse fundo orçamentário é o destinado à política de estruturas (desenvolvimento rural).

formação da renda familiar agrícola registrou uma nítida acentuação positiva na inclinação das curvas que mostram a evolução dessa participação.

Gráfico 6: Evolução do FEOGA, 1980 – 2001.



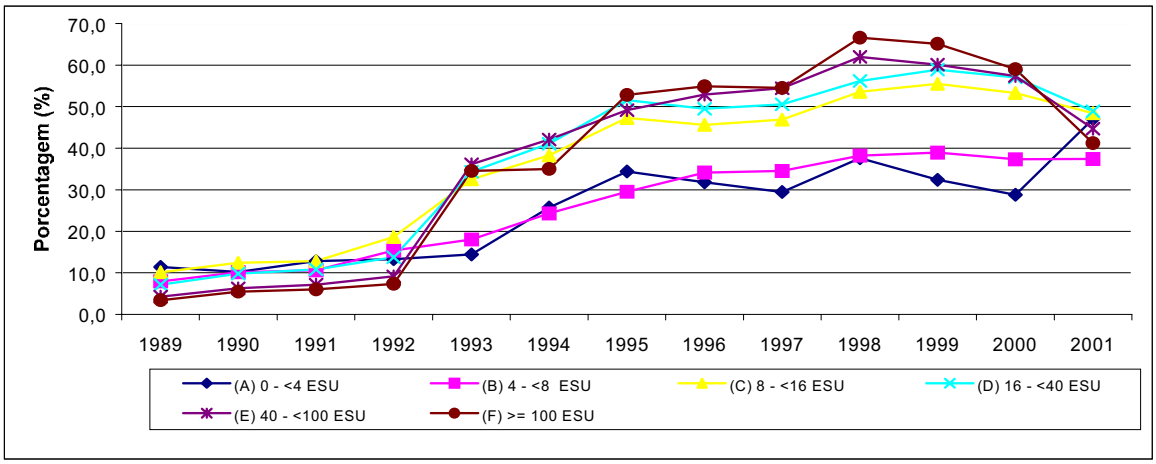
Fonte: Orçamento Europeu 2000 - (www.europa.eu.int).

Importante perceber que a participação das ajudas diretas na composição da renda agrícola familiar sofreu uma forte alteração positiva em *todos* os estratos de tamanho (econômico) dos estabelecimentos da Comunidade. Esse dado é de fundamental importância para corroborar com os argumentos até aqui tecidos. De fato, as pequenas explorações (veja-se que aqui "pequeno" é empregado não em termos físicos, mas econômicos) foram bastante favorecidas com a reforma da PAC a partir de 1992. Como estas constituem a fração mais numerosa do conjunto dos estabelecimentos da Comunidade, e as que seriam mais atingidas pela reforma, caso não houvesse a política de ajudas diretas, e que, em acréscimo, é a parcela do conjunto dos estabelecimentos nos quais mais se registram casos de pluriatividade (OECD, 1998; Arkleton Trust, 1992), fica mais fácil supor que, desta forma, as medidas efetivas, em termos de apoio aos pequenos agricultores, expressam claramente o que se deve fazer para assegurar o crescimento da pluriatividade.

Os gráficos 8 e 9 ilustram bem a forte inflexão sofrida na trajetória dos gastos públicos diretos por classes de tamanho econômico dos estabelecimentos agrícolas. O gráfico 8 mostra a disparidade entre as classes de tamanhos dos estabelecimentos em favor dos estratos mais altos. Esses dados apenas reforçam o que vários analistas já haviam apontado em relação aos gastos com a política de preços administrados e outros subsídios: os mesmos são mais apropriados pelos

grandes estabelecimentos (Baptista, 2000; Etxezarreta *et al* 1989; Medeiros *et al* 1994; entre outros).

Gráfico 7: Evolução da participação (%) dos subsídios agrícolas na composição da renda média agrícola familiar por tamanho econômico (em ESU) dos estabelecimentos com um acesso mínimo ao mercado de produtos[16], 1989-2001 (em ECU).



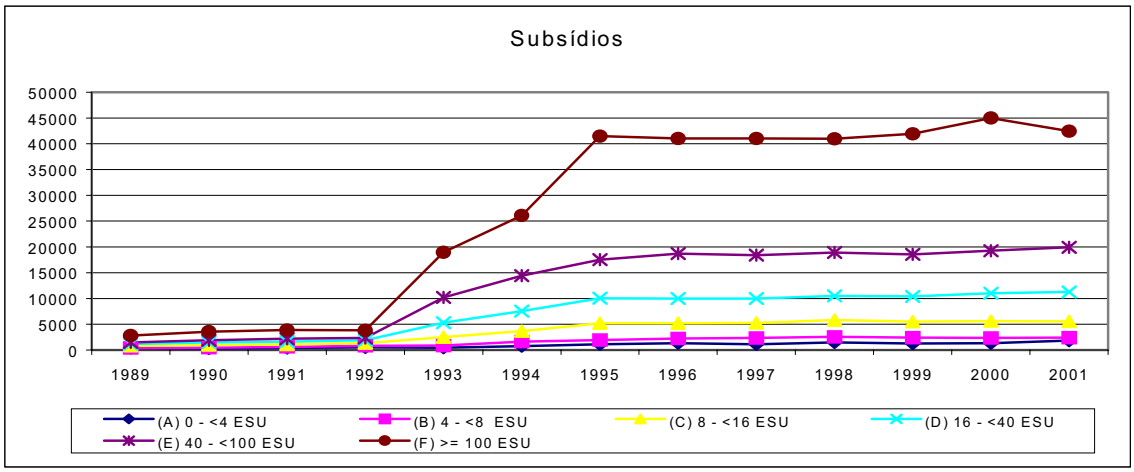
Nota: 1) O total de subsídios que incide sobre a renda líquida do estabelecimento compreende a soma de: i) total de subsídios sobre a produção agrícola, incluindo os pagamentos compensatórios e prêmios por *set-aside;* ii) total de subsídios sobre a produção da pecuária; iii) subsídios sobre os investimentos; iv) prêmios pela cessação da produção de produots lácteos (*dairy farming*). 2) ESU: é a medida do tamanho econômico do estabelecimento (European Size Units) – que corresponde ao valor da produção de 1 ha ou de um animal menos o custo dos insumos requeridos.
Fonte: EU-FADN (www.europa.eu.int) - Elaboração do autor.

O gráfico 9, por sua vez, mostra com clareza que, embora os estabelecimentos de menor tamanho econômico sejam menos beneficiados do que os de maior tamanho, os primeiros também tiveram uma forte alteração positiva (em termos absolutos) na apropriação dos recursos sociais da política de ajudas diretas às rendas agrícolas. Entre 1993, primeiro ano após a reforma da PAC, e 2001, o menor estrato (0 a 4 ESU) viu praticamente triplicar seus ganhos financeiros com as ajudas diretas (em ECU). O segundo menor estrato (4 a 8 ESU), por sua vez, teve seu aporte das ajudas diretas aumentado duas vezes e meia, no referido período. Isso explica o aumento da participação das ajudas diretas (subsídios de diferentes formas) na formação da renda

[16] A amostra anual da Farm Accountancy Data Network of the European Union (FADN) cobre aproximadamente 60.000 estabelecimentos, os quais representam uma população próxima a 4 milhões de estabelecimentos em 15 países membros, que correspondem a praticamente 90% do total da área agrícola utilizada (AAU) e contabilizam mais que 90% do total da produção da Comunidade. Faz parte da amostra o conjunto de estabelecimentos de no mínimo 1 ha e aqueles de menos de 1 ha que fornecem ao mercado uma certa proporção da sua produção ou que produz mais que um montante especificado.

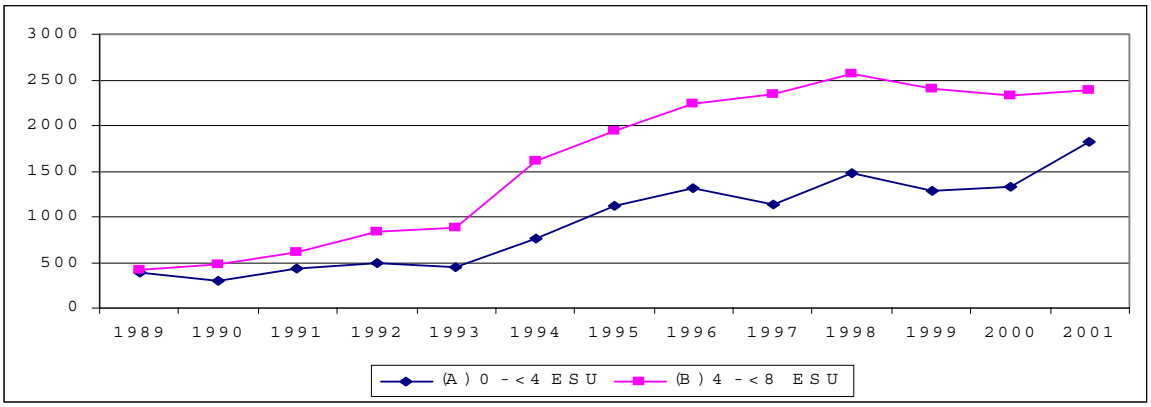
agrícola familiar desses dois estratos menores, que em 1992/93 correspondia a menos de 20% e, ao final da década, girava em torno dos 40% (gráfico 7).

Gráfico 8: Evolução dos subsídios (em ECU) dos estabelecimentos com um acesso mínimo ao mercado de produtos, por classes de tamanho econômico (ESU) da CEE, 1989-2001.



Notas: As mesmas do gráfico 7.
Fonte: EU-FADN (www.europa.eu.int) - Elaboração do autor.

Gráfico 9: Evolução dos subsídios (em ECU) dos estabelecimentos com um acesso mínimo ao mercado de produtos, por classes de tamanho econômico (ESU) da CEE, 1989-2001



Notas: As mesmas do gráfico 7.
Fonte: EU-FADN (www.europa.eu.int) - Elaboração do autor.

Além das ajudas diretas (gráficos 7, 8 e 9), as explorações ainda são muito favorecidas pela política de preços administrados (gráfico 6). Isso significa que a competitividade de muitos estabelecimentos familiares (grandes ou pequenos) pode ser "artificial", construída pela PAC. Baptista, citando o trabalho de Avillez (1997), mostra que, em 2000, 56% do total das explorações (Portugal, continente) teriam competitividade e viabilidade assegurada,

independentemente do nível das ajudas diretas aos rendimentos. Contudo, caso se admitisse *"uma rápida harmonização dos preços agrícolas comunitários aos mundiais"*, a porcentagem das explorações "competitivas" e viáveis cairia para 29% (Baptista, 2000: 89).

Todos esses dados nos permitem supor ser *conveniente* para numerosos produtores familiares da CEE manter algum tipo de atividade agrícola (mesmo que seja apenas para *preservar a paisagem*), uma vez que isso os assegurará alguma fração dos recursos sociais. Junte-se a isso o esforço das políticas de desenvolvimento rural voltadas para ampliar a infra-estrutura e a oferta de ocupações não-agrícolas. O resultado final só pode ser o crescimento do número de famílias pluriativas.

O resultado da pesquisa do Arkleton Trust (1992) em relação à evolução da pluriatividade no período da sua investigação (1987 a 1991) aponta para a consolidação dessa cultura no interior dos domicílios agrícolas da Comunidade, a ponto do Relatório afirmar que a *"pluriatividade é um fenômeno estável, sendo que 63% dos estabelecimentos possui certa proporção da força de trabalho engajada na pluriatividade"*[17]. Esta afirmação está baseada na tabela 6. Pode-se ver nessa tabela que em praticamente todos os grupos de regiões[18] estudadas – exceção do grupo B2 (embora este fosse o grupo com maior porcentagem de estabelecimentos pluriativos) – houve um crescimento do número de estabelecimentos pluriativos, no período analisado. Pode-se perceber também que, diferentemente da evolução da pluriatividade, os estabelecimentos com mais de 95% da mão-de-obra ocupada exclusivamente na agricultura apresentam, em todos os grupos de regiões, taxas negativas de crescimento – novamente, a exceção foi o grupo B2.

A OECD (1998) mostra que embora seja mais prevalescente entre operadores de pequenas propriedades, operadores de todos os tamanhos de propriedade podem estar envolvidos em empregos *off-farm*. Em adição, o tamanho e o tipo da exploração (farming) são importantes. Trabalho *off-farm* é mais importante em pequenas explorações que nas maiores. Na CEE-12, 30% dos agricultores em pequenas explorações (isto é, menos de 5 ha), os quais contam com aproximadamente 60% do total delas, estavam ocupados em trabalhos *off-farm* em 1993, enquanto a porcentagem de agricultores de grandes estabelecimentos agrícolas (isto é, mais de 50 ha) com trabalho *off-farm* era de apenas 14%. Estas informações dão uma idéia do impacto

[17] Arkleton Trust (1992: 254).
[18] A pesquisa do Arkleton Trust abrangeu várias regiões no interior da CEE, as quais foram repartidas em 5 grupos de estudo. Para quem tiver interesse, a descrição e características completas dos referidos grupos encontram-se no capítulo 3 do Relatório do Arkleton Trust (1992, pp. 64 a 82).

negativo que a reforma da PAC de 1992 teria sobre a pluriatividade na CEE, uma vez que sem as ajudas diretas e um possível ajuste da política de preços em direção ao mercado, a cultura da pluriatividade na CEE poderia ser abalada, na medida em que a reforma sem as ajudas compensatórias atingiria pesadamente os pequenos – o grupo com mais pluriatividade.

Tabela 6: Repartição (%) dos estabelecimentos agrícolas em função da estrutura de renda e variação entre 1987 e 1991, por grupos de regiões de estudo.

Região de estudo	Monoatividade (> 95% da mão-de-obra ocupada em)						Pluriatividade	
	Agricultura		Para-agricultura		Trabalho no exterior (do estabelecimento)			
	1987	1991	1987	1991	1987	1991	1987	1991
Grupo A	43,8	-6,6	0,1	-	0,1	+2,4	56,0	+4,2
Grupo B1	47,0	-1,7	0,1	+0,4	0,5	+0,6	52,4	+0,7
Grupo B2	13,1	+4,3	0,4	+0,2	0,3	+3,3	86,3	-7,8
Grupo C1	44,7	-3,4	0,1	+0,3	0,4	+2,4	54,8	+0,7
Grupo C2	20,4	-3,8	0,0	+0,3	0,2	+0,6	79,4	+2,9
Total	36,9	-3,1	0,1	+0,2	0,3	+1,8	62,7	+1,1

Fonte: Arkleton Trust (1992: 225).

Para a OECD (1998) está claro que a pluriatividade é importante e está crescendo ao longo do tempo na maioria dos países para os quais os dados estão disponíveis. Entretanto, em quase todos os casos, a parcela dos agricultores *part-time* é mais alta que a fração dos agricultores com outras atividades remuneradoras (isto é, aqueles produtores agrícolas *part-time* que estão ocupados em outras atividades remuneradoras em adição às atividades agrícolas). Isto levanta a suspeita da existência de *desemprego disfarçado* entre os estabelecimentos (*farm households*) nos países-membros da OECD[19]. Este ponto revela um dos elementos explicativos da crescente preocupação em fomentar mais casos de pluriatividade no seio da CEE, ou seja, a forte presença de *desemprego disfarçado* de pessoas (estabelecimentos) que mantém algum vínculo com a atividade agrícola (talvez em virtude dos subsídios e ajudas compensatórias). Isso posto, pode-se levantar a seguinte conjetura: unindo essa informação (desemprego dos *part-timers*) a, de um lado, políticas de preços administrados e de ajudas diretas e, de outro, política de desenvolvimento rural (aumentando a oferta de ocupações e empregos não-agrícolas), o resultado será sempre a existência de um latente potencial de crescimento da pluriatividade na CEE!

[19] Fuller (1990) também apresenta dados semelhantes, os quais dão margem para esta mesma questão.

Grandes e pequenos ganham com a PAC. Os grandes ganham mais (conforme atestam vários analistas: Baptista, 2000; etc.). A pluriatividade cresce no meio dos dois grupos (OECD, 1998). As referências a diversos analistas da PAC, feitas até aqui, serviram para mostrar que, a despeito dos grandes ganharem muito mais, numerosos pequenos também mantém o vínculo com alguma atividade agrícola porque são subvencionados para tanto (recordando os gráficos 7 e 9, que mostraram que os pequenos estabelecimentos também tiveram expressivo ganho com a reforma de 1992). Sem esta subvenção, esse vínculo com a atividade agrícola ficaria comprometido. Sem a subvenção, sem os preços acima de mercado e as ajudas diretas, estaria comprometido o referido vínculo até mesmo entre muitos grandes (ver Baptista, 2000, acima). Em outras palavras, sem a subvenção, sem o Estado apoiando os pequenos produtores, ficaria comprometida a sustentabilidade do crescimento da pluriatividade entre muitos pequenos e grandes estabelecimentos agrários da CEE, uma vez que não existe pluriatividade só com atividades não-agrícolas, sem atividade agrícola.

Últimas considerações

Antes de qualquer coisa importa ressalvar que não estamos querendo dizer que a *existência* e o *crescimento* da pluriatividade na CEE se deve exclusivamente às subvenções da PAC. Na verdade, enfatiza-se a hipótese da existência de uma relação direta entre subvenção pública (política pública deliberada) e a *sustentabilidade* do crescimento da pluriatividade. Ressalta-se que sem o aporte da política pública compensando as perdas dos pequenos (até mesmo parte dos grandes) produtores familiares no processo do *tread mill* do modelo agrícola especificamente capitalista hegemônico, a *sustentabilidade do crescimento* da pluriatividade na CEE ficaria comprometida, especialmente em momentos de crise no setor agrícola (momentos de seleção dos capitais mais competitivos). Por esta razão, reafirmamos que o desejo de (e o esforço para) fomentar mais casos de pluriatividade na CEE não será bem sucedido só com políticas de desenvolvimento rural promotoras de mais ORNAs (ocupações rurais não-agrícolas). Políticas dessa natureza são necessárias; porém, não suficientes. O sucesso ocorrerá porque a PAC continua, simultaneamente àquelas políticas, incentivando o vínculo das famílias rurais a uma atividade agrícola (mesmo que seja como "guardiões da natureza"). O que equivale dizer que a preservação do vínculo a uma atividade agrícola precede a sustentabilidade do crescimento da pluriatividade.

Nesse mesmo sentido, os dados fornecidos pelo texto sugerem o quanto a ação do Estado na CEE, organizando o setor agrícola, foi (e continua sendo) capaz de escamotear a tendência apontada pelos *clássicos marxistas*[20] de decomposição do "campesinato", levando autores contemporâneos a considerar equivocado esse prognóstico. Ausente-se o Estado e delegue-se ao mercado a regulação da atividade agrícola para ver o que acontece com a agricultura familiar (e, particularmente, a pluriatividade) na CEE.

Em suma, não se nega nesse texto a importância da pluriatividade para o enfrentamento dos problemas contemporâneos associados ao desemprego crônico em áreas rurais e urbanas. Contudo, enfatiza-se ser imprescindível a existência de políticas públicas específicas voltadas a evitar o abandono dos pequenos produtores familiares das suas atividades "tradicionais", ao mesmo tempo em que lhes proporcione oportunidades de ocupação em atividades não-agrícolas. Sem esse duplo vetor de ação, não haverá tendência de crescimento de uma pluriatividade que possa enfrentar os problemas do desemprego e do empobrecimento no meio rural.

Querer transpor para o Brasil a expectativa de que a pluriatividade tende a crescer, sem considerar que se deve ocorrer conjuntamente uma alteração no papel do Estado na organização do setor agropecuário do país, é um equívoco. A pluriatividade no Brasil só cresce no meio da pobreza rural do Nordeste por pura estratégia de sobrevivência e de reação das famílias à situação de pobreza; e, pior, sem evitar a combinação *clássica marxista* de proletarização com empobrecimento; ou seja, a pluriatividade no Nordeste não contribui para alçar as famílias pluriativas para cima da linha de pobreza (de ½ salário mínimo *per capita* familiar!), conforme Nascimento (2005). No Sul do país, cuja realidade sócio-econômica e cultural se assemelha mais à realidade da CEE do que à do Nordeste brasileiro, a pluriatividade diminui significativamente, junto com o conjunto da agricultura familiar da região, sendo que as famílias sulinas de conta-próprias agrícolas e pluriativas se proletarizam completamente convertendo-se, ano a ano, ou em famílias rurais não-agrícolas[21] ou em famílias rurais de não-ocupados[22] (Nascimento, 2004 e 2005).

---

[20] Especialmente Lênin (1982).
[21] Família não-agrícola: nenhum de seus membros encontra-se ocupado em atividade agrícola, mas pelo menos um encontra-se ocupado em atividade não-agrícola.
[22] Família de não-ocupados: nenhum de seus membros encontrava-se ocupado na semana de realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD do IBGE.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. (1992). *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP (Estudos Rurais).

ARKLETON TRUST (1992). *Adaptation des Menages Agricoles en Europe Occidentale 1987-1991 – Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivite des menages agricoles*. Luxembourg, Commission Européenne.

BAPTISTA (2000). *Agricultura e Territórios*. Celta Ed., Lisboa.

CIPOLLA, C. M. (1976). *The Fontana Economic History - Contemporary Economies (Parts One and Two)*. Great Britain: William Collins Sons & Co Ltd Glasgow.

ETXEZARRETA, M.; ROSELL, J.; VILADOMILE, L. (1989). El replanteamiento Del proteccionismo agrario y la política de estructuras. *Revista de Economia*. Madrid. 666: 75-100, febrero.

EU-FADN. Farm Accountancy Data Network of the European Union (www.europa.eu.int).

FULLER, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies***.** N. 6 (4), pp. 361-373.

HILL, B. F. (1984). *The Common Agricultural Policy: Past, Present and Future*. London, Methuen.

LÊNIN, V. I. (1982). *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas)

MARQUES, M. (1988). *A Política Agrícola Comum da CEE*. Brasília, CFP (Estudos Especiais, 22).

NASCIMENTO, C. A. (2004). Agricultura Familiar, Pluriatividade e Políticas Públicas no Brasil: significados e perspectivas. *IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia, MG. CD-ROM.

NASCIMENTO, C. A. (2005). *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas*. Campinas, SP: UNICAMP/IE. (tese de doutoramento)

OECD (1998). *Agricultural Policy Reform and the Rural Economy in OECD Countries*. Paris, France: OECD Publications.

POST, J.; TERLUIN, I. (1997). The changing role of agriculture in rural employment, in: BOLLMAN, R. D.; BRYDEN, J. M. (1997). *Rural Employment – an international perspective*. London, UK, 465p.

TEIXEIRA, A. (1983). O movimento de industrialização nas economias capitalistas centrais no Pós-Guerra. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ. (dissertação de mestrado)

TOLOSANA, A. O., PERSIVA, E. M. (1992). Estratégia de adaptacion de pequeñas explotaciones em el marco de la PAC. La agricultura a tiempo parcial em um área de montaña. *Revista de Estudios Agro-Sociales,* n. 16, jul/sep.pp. 99-122.